





1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE**
2 **PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA, DO DIA**
3 **10 DE ABRIL DE 2018.**
4

5 No décimo dia do mês de abril do ano dois mil e dezoito, às
6 dezenove horas, em primeira chamada constatou-se o
7 comparecimento insuficiente dos membros. Às dezenove horas e
8 quinze minutos iniciam-se os trabalhos do Conselho Gestor da
9 APA Serra Dona Francisca, no auditório da Secretaria de
10 Desenvolvimento Rural (SDRural), na Rodovia SC 418, Km 03, nº
11 271, Distrito de Pirabeiraba, Joinville, Santa Catarina,
12 registrada a presença dos Conselheiros: Débora Cristina Jung,
13 da APROAGUA; Marli Fleith Sacavem, da AMEM; Ilse Pabst, da
14 APIVILLE; João Paulo Freislebem, da APIVILLE; Vanessa Vieira,
15 da Assoc. Moradores do Quiriri; Maria Raquel Miglorini de
16 Mattos, da ISARP; Dione Cavalvante Benevenuto, da EPAGRI;
17 Hector Silvio Haverroth, da EPAGRI; Gilson F. de Paula, da
18 Subprefeitura Pirabeiraba; José Mario Ribeiro, do CCJ; Romy
19 Dunzinger, da SEPUD; Juliana Rammer, da ACR; Elaine Netzel, da
20 AJAAR; Manoel Vicente, da APROAGUA; Gabriel Klein Wolfart, do
21 SINDIPEDRAS/SC; Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE; Maicon
22 Dilmo de Souza, da PM Ambiental; Mauro Augusto da Silva, da PM
23 Ambiental; Ademir Sgrott, da AJM; Maiko Richter, da SEPROT;
24 Cristian Ricardo dos Santos, da CAJ; Beto Amaral, da SAMA.UDR e
25 Jonas de Medeiros, da SAMA - Presidente do Conselho. Estavam
26 presentes também: Hilton Fischer; da Hubener; Cristina Henning
27 da Costa, da SAMA; Joel Samir, da CVJ; Cácio José Rengel, da
28 Rengel Enf. Arq.; Ana Paula Goetten, visitante; Maximino,
29 visitante; Jair Rudnik, visitante; Sergio Wiz Piske, visitante;
30 Camila Cristina Colares, do Instituto Ambiência; Gilian Rose da
31 Silva, do Instituto Ambiência; Laurindo Schneider, da Paróquia
32 Sagrado Coração de Jesus; Anderson Krenkel, da Associação Rio
33 Lindo; Mauri Oladir Junior, da JRMOS; Rafael Antonio de Lucca,
34 da Ebio Tec. Ambiental; Anton Giese Anacleto, SAMA; José
35 Augusto de Souza Neto, da SAMA - Secretário Executivo do
36 Conselho. A reunião teve como pauta: 1) Abertura da reunião e
37 aprovação da ata da reunião ordinária de 12/12/2017 e da
38 reunião ordinária de 10/02/2018; 2) Solicitação ofícios
39 'Instalação de placas de Orientação e Preservação Ambiental nas
40 trilhas' e 'Análise de Processo, aprovação de projeto de área
41 urbana e APA, taxa de ocupação', por SAMA.UGA; 3) Câmara
42 Técnica do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca para o
43 Desassoreamento: andamento dos trabalhos, convite a outros
44 órgãos afins, por SAMA.UGA; 4) Mandato no CG APA (30/05/2016 a
45 30/05/2018), recondução das entidades participantes e convite a
46 novas entidades, por SAMA.AAJ; 5) IQA - Cia Águas de Joinville,
47 Assuntos gerais e Palavra Livre. O Presidente do Conselho
48 Gestor da APA, Jonas de Medeiros, cumprimentou e deu boas
49 vindas a todos os Conselheiros e demais convidados. Iniciando a
50 pauta o Presidente do Conselho submeteu as atas da reunião



51 ordinária do dia 12/12/2017 e do dia 10/02/2018 para aprovação,
52 as quais, não havendo ressalvas, foram aprovadas por
53 unanimidade. Em seguida o Presidente do Conselho adianta o item
54 3 da pauta e passa a palavra para Eng^a Cristina Henning da
55 Costa. Cristina recorda que na primeira reunião da Câmara
56 Técnica de Desassoreamento ocorreu no dia 22/03/18 sem a
57 presença da Defesa Civil, foi decidido marcar nova reunião no
58 dia 05/04/18 apenas com o corpo técnico da SAMA, Defesa Civil e
59 especialistas particulares, ficando definida a atuação de cada
60 membro, mas a Defesa Civil também não pôde comparecer nesta
61 segunda reunião devido às fortes chuvas do dia anterior,
62 contudo puderam se reunir no dia de hoje e definir os critérios
63 a serem adotados no documento técnico que conterà matriz de
64 classificação de risco. Cristina comentou sobre a apresentação
65 dos relatórios de vistoria que a SAMA já fez e que em seguida
66 foi definido que deveria ser encaminhado Ofício ao IMA e ao
67 MPSC convidando para participação e informando sobre a
68 Comissão, o Presidente do Conselho colocou o aceite pelo
69 encaminhamento desses ofícios em votação restando voto
70 favorável pela maioria. No entanto solicitou que recebesse o
71 Ofício que será encaminhado ao IMA previamente, além disso,
72 determinou que o ofício a ser endereçado ao MPSC seja
73 anteriormente enviado à PGM. A Conselheira Sra. Débora Cristina
74 Jung comenta já haver três pedras que rolaram dentro de sua
75 propriedade e pede por diligências imediatas quanto ao trabalho
76 de desassoreamento, entendendo que se trata de uma emergência.
77 Cristina Henning replica que no dia 22/03 foi definido que a
78 referida Comissão Técnica teria duas frentes de trabalho, uma
79 para possíveis emergências e outro para ações contingentes de
80 médio e longo prazo, conforme concordância dos participantes.
81 Em seguida o Presidente adiantou o item 4 da pauta para
82 discutir a recondução e convite às entidades para participar do
83 Conselho Gestor APA Serra Dona Francisca. Segundo o Presidente
84 há um histórico de não comparecimento de algumas entidades que
85 deveriam compor este Conselho, cita algumas dessas entidades
86 demonstrando as repetidas faltas evidenciadas e em seguida
87 propõe aos Conselheiros que seja enviada uma notificação de
88 substituição do titular responsável às entidades que
89 extrapolaram os limites do artigo 7º do regimento interno. A
90 Conselheira Sra. Marli Fleith Sacavem comenta que tem uma
91 posição mais radical em relação às entidades faltantes,
92 considerando que o regimento interno predefiniu os limites de
93 ausência o correto seria a consequente substituição da
94 entidade, principalmente se considerando que a quantidade de
95 faltas extrapola por demais aqueles limites. A Conselheira Sra.
96 Débora Cristina Jung entende que já foi dado tempo suficiente
97 para que estas entidades fossem representadas, a seu ver para
98 dar a devida seriedade a este Conselho o mais correto seria a
99 exclusão sumária dessas entidades para dar espaço a outras
100 entidades mais interessadas. A Sra. Gilian Rose da Silva, do



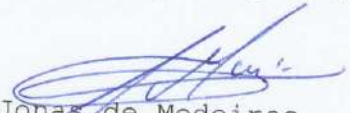
101 Instituto Ambiência, comenta que há quase dois anos pede por
102 uma vaga no Conselho Gestor e que já enviou o ofício para a
103 inclusão da entidade, o Presidente do Conselho responde que
104 agora haverá possibilidade de participar. A Conselheira Marli
105 entende que os atrasos de aviso e de exclusão das entidades
106 faltantes devem cessar, a exclusão e substituição devem ocorrer
107 no momento que se evidencia a última falta permitida, não
108 podendo durar dois anos para que se obedeça ao Regimento
109 Interno. O Conselheiro Maj. Maicon Dilmo de Souza sugere que
110 apesar de algumas entidades não terem comparecido sequer uma
111 vez outras participaram de uma ou mais reuniões, portanto em
112 respeito à estas últimas que o Conselho vote pela prévia
113 notificação das entidades. Considerando os posicionamentos
114 discordantes o Presidente do Conselho decidiu por colocar ambas
115 as soluções em votação, nesta votação ficaram definidos os
116 cartões verdes como o voto pela prévia notificação das
117 entidades faltantes e os cartões vermelhos como o voto pela
118 exclusão imediata destas entidades e convocação de novas,
119 restou aprovado a exclusão imediata das entidades faltantes por
120 meio do voto de qualidade. Em sequência foi dado início ao item
121 2 da pauta para a apresentação do Ofício 010/2018, quanto a
122 instalação de placas de orientação e preservação ambiental nas
123 trilhas e cume do Castelo dos Bugres, o Conselheiro Sr. Ademir
124 Sgrott explicou que a solicitação partiu dele por conta da
125 presença de lixo deixado na localidade, apesar de existirem
126 placas informativas antes das trilhas, não há alguma sequer no
127 cume do Castelo dos Bugres que informe se tratar de uma Área de
128 Proteção Ambiental, cita ainda se tratar de uma propriedade
129 privada e que o proprietário poderia reclamar junto à SAMA caso
130 fosse instalada uma placa sem seu consentimento. Portanto
131 sugere que se entre em contato com aqueles proprietários para
132 serem instaladas placas neste sentido. A Eng^a Cristina Henning
133 da Costa, da SAMA.UGA, explica que o fato de se tratarem de
134 propriedades privadas cria uma situação de cautela para a
135 administração pública pois se trataria de um investimento
136 público naquelas propriedades, ainda caso haja a possibilidade
137 legal para investir neste sentido se faria necessário realizar
138 o processo para a produção gráfica destas placas, portanto não
139 se tratam de ações cujo cumprimento se faz de forma imediata.
140 Além disso, Cristina explica que o Plano de Manejo desta APA
141 permite que os proprietários particulares restrinjam ou
142 permitam o acesso e definam regras para a visitação, portanto a
143 administração pública não poderia fazer isso por eles. O
144 Presidente do Conselho ainda cita que a eminência do período
145 eleitoral limita bastante a divulgação e gastos públicos em
146 áreas particulares, o que seria mais viável e correto é entrar
147 em contato com o proprietário e orientar sobre a confecção e
148 instalação destas placas. A Conselheira Marli conta que há
149 muito tempo o local é aberto para o uso público e que já
150 soltaram fogos de artifício por lá, obviamente perturbando o

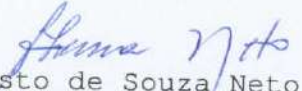
151 ambiente protegido. Acrescenta ainda que a SAMA não precisaria
152 gerar gastos públicos, acredita que se for dado o apoio técnico
153 necessário o proprietário poderá arcar com os gastos de
154 material. O Conselheiro Sr. Manoel Vicente, da Aproagua, alerta
155 que o Plano de Manejo da APA define que toda e qualquer
156 atividade em áreas restritas como esta dependem da anuência do
157 Conselho Gestor, portanto não caberia apenas ao proprietário
158 definir regras de visitação. Em sequência foi apresentado o
159 Ofício 001/2018 que trata da análise e aprovação de projeto em
160 área urbana e APA com base na taxa de ocupação. A Eng^a Cristina
161 Henning Costa explica que foi recebido um projeto de construção
162 de uma propriedade que está em zona de uso intensivo da APA em
163 área urbana, tal projeto, nos parâmetros apresentados, estaria
164 em desacordo com as diretrizes do Plano de Manejo no que tange
165 a taxa de ocupação, o proprietário pediu ao Conselho Gestor que
166 haja a flexibilização da taxa de ocupação para as áreas urbanas
167 da APA Serra Dona Francisca, argumenta que seu imóvel possui
168 seiscentos e setenta metros quadrados, tornando inviável a
169 construção de uma residência nas conformidades da taxa de
170 ocupação de 20% definida no Plano de Manejo. A Conselheira Sra.
171 Marli Sacavem entende que esse problema continuará a acontecer
172 enquanto houver área urbana na APA e permanecer os padrões
173 atuais de taxa de ocupação. O Presidente evidencia que existiam
174 centros urbanos devidamente legalizados anteriores à criação da
175 APA e que sofreram a sobreposição da Área de Proteção
176 Ambiental, informa também que há uma moção da Câmara de
177 Vereadores que está para ser apresentado ao Conselho Gestor e
178 Prefeitura que requer o redimensionamento das áreas limítrofes
179 da APA Serra Dona Francisca em razão da absorção daqueles
180 centros urbanos, no entanto alerta não se tratar de
181 regularização fundiária nem nada nesse sentido, se trata tão
182 somente de revisão dos perímetros da APA com o fim de sanar
183 possíveis equívocos do passado. O participante Joel Samir, da
184 CVJ, chefe de gabinete do Ver. Fernando Krelling exemplifica o
185 loteamento do Rio Lindo que segundo moradores existe desde 1979
186 e que há certo tempo tem sido impedido de construir acima dos
187 20% apesar de pagar impostos regulares desde aquela época,
188 explica que por conta dos requerimentos da população a Câmara
189 de Vereadores está em processo de oficializar tal moção que
190 será posteriormente enviada à SAMA e em seguida ao Conselho
191 Gestor. O Presidente sugere que ao receber essa moção que seja
192 criada uma nova Câmara Técnica para estudar em detalhes o
193 assunto para então por em discussão no Conselho, só então a
194 SAMA poderá se pronunciar sobre o assunto. A Conselheira Sra.
195 Marli Sacavem aproveita para pedir aos Conselheiros que
196 participem das Câmaras Técnicas e dêem vazão aos trabalhos,
197 pois agora se acumularão três Câmaras Técnicas sendo que as
198 duas primeiras têm pouca participação. O participante Cácio
199 José Rengel, da Rengel Engenharia e Arquitetura, relembra que
200 na última reunião foi discutido sobre a localidade do Canela

201 que está passando por um processo de regularização da
202 prefeitura, questiona se apenas os locais já regularizados na
203 época receberão essa revisão ou se o Canela também poderia ser
204 incluído na análise, e como ficaria a questão da regularização
205 daquela localidade em caso negativo. Além disso, questiona
206 também como ficarão os imóveis em áreas rurais com menos de
207 vinte e um metros quadrados. O Presidente do Conselho responde
208 que recebeu nesta semana a consolidação da lei de regularização
209 fundiária rural e urbana para esmiuçar o assunto e orientar o
210 Conselho. Com relação à regularização dos imóveis dentro da
211 APA, ela passa por critérios adicionais como o respeito ao
212 Plano de Manejo e deliberação do Conselho Gestor sobre o
213 assunto, é uma situação diferente dos equívocos apontados à
214 época da criação da APA, quaisquer outras regularizações
215 posteriores que se pretenda estariam congeladas pelo Plano de
216 Manejo, portanto não estariam abarcadas no objeto de discussão
217 daquela moção. A Conselheira Marli recorda que além da situação
218 do Rio Lindo e do Canela existem outras situações correlatas
219 que devem ser lembradas, como é o caso da entrada do Quiriri
220 que foi transformado em área urbana em meados de 1980, dali em
221 diante muitos lotes foram regularizados e passaram a pagar o
222 IPTU em conformidade, contudo posteriormente foi removida a
223 definição de área urbana para aqueles vários imóveis, segundo a
224 Conselheira alguns moradores daquela região estão acelerando as
225 obras de construção porque sabem que poderão ser posteriormente
226 impedidos. O Presidente do Conselho frisa novamente que serão
227 reconsiderados apenas os casos regulares desde a época da
228 criação da APA, e que construir agora não mudaria a aplicação
229 da lei, na verdade se estiverem irregulares apenas piorariam a
230 situação. Ainda com relação às construções irregulares o
231 Presidente evidencia a dificuldade da atuação dos fiscais, pois
232 muitos imóveis irregulares abrigam o tráfico de drogas e
233 conseqüentemente criam um ambiente de violência, gerando risco
234 de vida para os fiscais, felizmente já ocorre o andamento de
235 duas ações de despejo e demolição, somando um total de trinta e
236 seis imóveis, além da participação do Ministério Público nestas
237 ações. O participante Mauri Oladio Júnior, da JRMOS, conta que
238 ouviu muitos comentários de empresários da região a respeito da
239 fiscalização, principalmente ao verificar a quantidade de casas
240 surgindo a cada dia, também escutou reclamações sobre as
241 fiscalizações acontecendo de forma isolada em que alguns casos
242 os fiscais ignoram alguns locais e atividades e outros não. O
243 Presidente do Conselho sugere que seja feita uma denúncia
244 formal junto à ouvidoria, podendo inclusive ser anônima, para
245 que então possa ser dado o devido encaminhamento para a
246 solução. O Presidente também explica que parte desses problemas
247 de construções irregulares muitas vezes parte do vendedor ou
248 comprador dos imóveis que, conhecendo da própria
249 irregularidade, mantém-se à margem da lei para se beneficiar.
250 Em seguida o Presidente do Conselho coloca em votação a criação

251 da Câmara Técnica para analisar e responder a moção e o pedido
252 de revisão incidência da APA sobre áreas urbanas consolidadas à
253 época de criação do Plano de Manejo, restando aprovada por
254 maioria de votos. O Presidente requereu ao Secretário Executivo
255 José Neto que seja feita a convocação. O Conselheiro Sr. Manoel
256 Vicente informou que à época de criação da APA foi feito o
257 mapeamento e verificado quais eram as áreas urbanas, segundo o
258 Conselheiro estas imagens estão com o funcionário Adriano. Em
259 resposta o Presidente do Conselho convocou o Conselheiro Manoel
260 Vicente para participar da Câmara Técnica recém criada, dado o
261 conhecimento de causa deste Conselheiro. A participante Ana
262 Paula Goetten questiona como é feito o andamento dos trabalhos
263 da Câmara Técnica neste sentido. O Presidente explica como
264 funcionam os trabalhos de uma Câmara Técnica e demonstra sua
265 necessidade dado o detalhamento necessário do assunto e o
266 limite de tempo das reuniões plenárias do Conselho Gestor. A
267 Eng^a Cristina Henning finaliza explicando que os imóveis com
268 registro de matrícula são considerados regulares pelo corpo
269 técnico da SAMA, tendo seus proprietários, portanto, o direito
270 adquirido da época da matrícula. Cristina salienta que a única
271 reclamação por parte desses proprietários é a limitação dos 20%
272 já suscitada, portanto a solução se daria de duas formas, ou
273 suprimindo os limites da APA nos núcleos urbanos por meio de
274 lei ou elevando a taxa de ocupação para além de 20%. Em seguida
275 foi feita a frequente apresentação do Índice de Qualidade das
276 Águas (IQA) pela Companhia Águas de Joinville, conforme segue:
277 O Conselheiro Cristian Ricardo dos Santos, da CAJ, cumprimenta
278 a todos, agradece pela oportunidade e apresenta os resultados
279 do monitoramento de quantidade e qualidade das águas de vazão
280 do Rio Cubatão, informando que em março do corrente ano o
281 QRC(m³/s) foi de 12,76 e o QRC(l/s) foi registrado em 12756. No
282 Rio Pirai foi registrado QRC(m³/s) de 0,90 e QRD(l/s) de 899. O
283 IQA de ambos os rios permaneceram na Categoria BOA, onde
284 $51 < IQA \leq 79$. Em seguida a Conselheira Dione Nery Cavalcanti, da
285 EPAGRI, faz um convite aos Conselheiros para participarem do
286 Congresso Brasileiro de Apicultura e Meliponicultura que
287 ocorrerá em maio, convida também para o encontro regional de
288 palmeiras no dia cinco de junho promovida pela Epagri. Em
289 seguida Dione apresenta Hector Silvio Haverroth que passará a
290 atuar como titular da Epagri. O Conselheiro Sr. Ademir Sgrott
291 entende que para a contenção dos poluentes das águas locais é
292 necessário ter sempre um plano B. Além disso, relembra o
293 assunto da dispersão da espécie arbórea Pinus no Quiriri,
294 sugere que seja evitado o atual período de chuvas pela
295 dificuldade de acesso, sugere também que a Polícia Militar
296 Ambiental acompanhe o grupo para facilitar a travessia pelo
297 terreno particular da empresa Ciser. O Presidente do Conselho
298 esclarece que o objetivo é que a PM Ambiental não só acompanhe
299 como também que defina o trajeto. O Conselheiro Ademir ainda
300 frisa que apesar de ser necessário evitar o período de chuvas é

301 também preciso não se demorar demais, senão correndo o risco de
302 posteriormente contratar uma empresa para executar o corte das
303 árvores, como aconteceu na região da Serra do Tabuleiro. O
304 Conselheiro Sr. Manoel Vicente faz uma comparação dos índices
305 apresentados e conta ter percebido que as águas do Cubatão
306 ultimamente estão muito barrentas, segundo ele se trata de
307 resultado do corte de pinus a montante do rio, próximo ao
308 Baité, por isso a importância de averiguar a questão dos Pinus
309 de perto. A Conselheira Sra. Débora Cristina Jung esclarece que
310 quando é falado de produtos perigosos acaba passando
311 despercebido quais são os produtos considerados perigosos,
312 exemplifica que além dos infectantes há o oxigênio líquido que
313 vai para hospitais, o algodão, o carvão dentre outros produtos
314 que a primeira impressão não parecem se tratar de produtos
315 perigosos, portanto deve se tomar cuidado ao falar de
316 proibição, segundo ela a solução está na fiscalização. O
317 Presidente do Conselho ressalva e relembra que a questão de
318 fiscalização não depende unicamente do município, pois se trata
319 de uma rodovia estadual. A Conselheira Marli Sacavem relembra o
320 acidente ambiental ocorrido recentemente em Garuva,
321 considerando a hipótese de haver a mesma ocorrência em
322 Joinville diz não ter nada que possa conter a poluição do rio e
323 consequente desastre no abastecimento de água do município.
324 Além disso, Marli sugere que sobre o assunto das placas
325 sinalizadoras em áreas ambientalmente protegidas com grande
326 movimento de pessoas, ao invés de cumprir essas ações somente
327 no Castelo dos Bugres poderia ser feito um apanhado de outras
328 localidades na mesma situação. O Conselheiro Paulo Roberto
329 Schulze conta que há duas semanas, na estrada Quiriri, entraram
330 ladrões de palmito que levaram cerca de quinhentas cabeças e
331 saíram impunes, mesmo após a denúncia diz que aguarda um perito
332 para o levantamento dos danos, mas já faz quinze dias e nenhuma
333 força policial compareceu no local. Finalizada a palavra livre
334 foi declarada encerrada a reunião, às vinte e uma horas e treze
335 minutos, sendo extraída esta Ata, a qual foi lavrada e assinada
336 por mim, José Augusto de Souza Neto, Secretário Executivo do
337 Conselho e assinada pelo Presidente do Conselho, Jonas de
338 Medeiros, após aprovação dos demais Conselheiros.
339

340
341
342 
Jonas de Medeiros
343 Presidente do Conselho
344

340
341 
José Augusto de Souza Neto
342 Secretário do Conselho
343
344

345 **A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Área Jurídica da SEMA.

... reunião do Conselho Gestor da APA Serena
 Dona Francisca, realizada no dia 10 de abril de 2018, às 19:00h no Auditório
 da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Agricultura e Meio
 Ambiente (SAMA-UDR), na Rod. SC-418, Km 3, nº 271, Pinabeiraba, Joinville -

PARTICIPANTE	ENTIDADE	ASSINATURA
Debera Cristina Jung	Apocaqua	
Romy B. Lunzinger	SEPUS	
ADOMILA SCHROEDER	ADM	
Anton Giese Anacleto	SAMA	
Joel Smit	CVJ. (Fernando Krelling)	
Anderson Kinskel	Assoc. Rio Lindo	
Dione Nery Cavalcanti Benyemim	EPABRI	
Mand S. Licent	Apocaqua	
RAFAEL ANTONIO DE LUCCA	EBIO TECNOLOGIA AMBIENTAL	
Mauri Fleiter Jacarem	AMEM	
MAURÍ OLIÃO JR	JRMOS	
Hilton Fischer	BRITADOR Herbano	
Leite R. dos Santos	CAJ	
Maiko Pichler	Sopro +	
Cláudia Nitzel	APAR	
BETO ANARIN	SAMA-UDR	
MAICON DILMO DE SOUZA	PM AMBIENTAL	
Juliana Ramoner	ACR	
Ilse Pabst	APIVILLE	
João Paulo Frischler	APIVILLE	

Tomasso Teung Assoc. Meadows Quiriri
 Jose Mauro G. Ribeiro CCJ
 Gabriel Klein Wolfart Sindipedras/SC
 Mario Raquel Neidson de Mattos ISARP
 JAIR PEONICK
 BERSO WIZ PISTEK
 Danilo Cristina Celous Instituto Ambiental
 Hector Silva Haverroth EPAGRI
 Mauro Augusto da Silva Policia Ambiental
 Gilian Rose de Silva Ins. Ambiental
 Laurindo Schneider Paroquia Sagrada Graça Joazeiro
 CADIO JOSÉ PEREIRA PEREIRA ENG E ARQ
 Ana Paula Gatten
 MIMINIC Aposentado
 Gilson F. de Paula SUBPREFEITURA PARAGUARI
 Jonas de Medeiros SAMA
 Gustavo Koening do Costa SAMA. UGA
 Paulo Schulp ASBAN VILA
 JOSE AUGUSTO SOUZA NETO SAMA. AAU

